Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 144 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e três, de forma presencial, nos termos da Deliberação Plenária DPOSC nº 752.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e vinte e três, de forma presencial, nos termos da Deliberação Plenária DPOSC nº 752, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número cento e quarenta e quatro. Presentes, a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN,** os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **ANA CARINA LOPES DE SOUZA ZIMMERMANN, CLÁUDIA ELISA POLETTO, HENRIQUE RAFAEL DE LIMA, JANETE SUELI KRUEGER, JULIANA CÓRDULA DREHER DE ANDRADE, LARISSA MOREIRA, MARIANA CAMPOS DE ANDRADE, RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS, ROSANA SILVEIRA** e **SUZANA DE SOUZA.** Presente também, de forma virtual, o **Coordenador do CEAU-CAU/SC, Arquiteto e Urbanista FLÁVIO LUIZ ALÍPIO.** Presentes os empregados do CAU/SC, o Secretário dos Órgãos Colegiados **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, o Gerente Geral **JOÃO VICENTE SCARPIN,** o Assessor da Presidência **PERY ROBERTO SEGALA MEDEIROS,** o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH,** o Gerente Técnico **PEDRO SCHULTZ FONSECA BAPTISTA ,** o Gerente de Fiscalização **LEONARDO VISTUBA KAWA,** a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI,** a Analista Técnica **MELINA VALENÇA MARCONDES**, a Coordenadora de Comunicação **ANA CRISTINA LAVRATTI,** o Coordenador de Tecnologia e Sistemas da Informação **FERNANDO VOLKMER,** a Secretária **BRUNA PORTO MARTINS** e o Assistente Administrativo **EDUARDO PAULON FONTES.** Registram-se as ausências justificadas dos conselheiros, Arquitetos e Urbanistas, **ANNE ELISE ROSA SOTO**, **CARLA RAFAELA EBEL, ELIANE DE QUEIROZ GOMES CASTRO, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, FRANCISCO RICARDO KLEIN** e **JOSÉ ALBERTO GEBARA.** Após verificação e constatação da existência de quórum a Presidente agradeceu a presença de todos, reiterou que as votações deveriam ser registradas por voz e lembrou que aqueles que desejassem se manifestar deveriam inscrever-se no momento de abertura das inscrições levantando a mão, sendo que no momento oportuno poderiam manifestar-se por ordem de solicitação. Após a execução do hino nacional, no item **3. Leitura e discussão da pauta,** a Presidente apresentou a pauta da reunião, sugerindo a inversão do item extra pauta **6.4. Reprogramação Orçamentária 2023 – Projeto Específico (origem: COAF-CAU/SC)** para ser tratado junto ao item **6.1. Orçamento 2024 (COAF-CAU/SC) (regime de urgência)**. O Conselheiro Rodrigo, na condição de Coordenador da CPUA-CAU/SC, solicitou a inclusão como extra pauta do item **6.5. Reforma Urbana (origem: CPUA-CAU/SC).** A solicitação foi acatada. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou a pauta para votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Cláudia, Henrique, Janete, Juliana, Larissa, Mariana, Rodrigo, Rosana e Suzana e ausências dos conselheiros Anne, Carla, José Alberto, Maurício, Newton e Silvya. No item 4**. Discussão e Aprovação da ata da 143ª Reunião Plenária Ordinária,** a Presidente informou que não houve solicitação prévia de alterações. Sem manifestações, a ata foi encaminhada para votação e aprovada por maioria dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Henrique, Janete,

Juliana, Larissa, Mariana, Rodrigo, Rosana e Suzana, abstenção da conselheira Cláudia e ausências dos conselheiros Anne, Carla, José Alberto, Maurício, Newton e Silvya. No item **5. Apresentação de comunicados**, a Presidente explicou que o tempo de fala de cada relato estaria limitado a cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, conforme o Artigo 47 do Regimento Interno do CAU/SC. Nesse momento registra-se a presença da Conselheira Federal **DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO.** No item **5.1. Comunicado do CEAU-CAU/SC,** o Coordenador Flávio expôs que o Colegiado teve pelo menos quatro grandes atividades: participação na “Oficina de Planejamento de Projetos para 2024”; reunião ordinária; reunião especial para discussão em relação aos projetos do CEAU-CAU/SC e evento "CAU Portas Abertas"(“Premiação Honra ao Mérito 2023”). No tocante à “Oficina de Planejamento de Projetos para 2024”, realizada no dia cinco de outubro de dois mil e vinte e três, destacou a participação da representante suplente do IAB/SC no CEAU-CAU/SC, Vice-Presidente Arquiteta e Urbanista Aretha Lecir Rodrigues dos Santos. Logo depois, em relação à reunião ordinária, realizada no dia seis de outubro de dois mil e vinte e três, disse que foi tratado especialmente acerca de dois temas: projeto “Prêmio Honra ao Mérito 2023” e execução dos projetos do CEAU-CAU/SC, acrescentando que as entidades estavam com programações nacionais e locais ao longo do mês de outubro até o mês de dezembro. Na sequência, relatou que o IAB/SC estava com uma série de cursos e com premiação a qual leva o nome do Arquiteto e Urbanista Luiz Antônio Medeiros da Silva, em sua homenagem. Também informou que o IAB/SC comemoraria seu aniversário de cinquenta e quatro anos no dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e três. Referente à AsBEA/SC, expôs que a Associação vinha participando de feiras e elaborado carta relativa a problemas de saneamento, destacando o início das aulas do “AsBEA Educa”. Em seguida, com relação ao SASC, informou que foram iniciados os preparativos para o “47º Encontro Nacional dos Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas” (ENSA), com o tema: “Arquitetura e Urbanismo – Trabalho por Justiça Social na Cidade e no Campo”, acrescentando que juntamente ao Encontro aconteceria o Seminário e a Premiação “ArqPop”. Logo após, referente ao tema de pauta do evento “Prêmio Honra ao Mérito 2023”, realizado no dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e três, ressaltou a importância da premiação, mencionando os nomes dos homenageados e parabenizando as entidades e o Conselho pelo evento. Posteriormente, relatou que o segundo ponto de pauta da reunião ordinária se desdobrou na realização de reunião especial para discussão em relação aos projetos do CEAU-CAU/SC, mencionando que tanto essa reunião quanto a “Oficina de Planejamento de Projetos para 2024” não estavam previstas no calendário do Colegiado, julgando que essa questão era algo que deveria ser amadurecido para o próximo ano. Adicionou que foi exposto sobre a redução do orçamento do CEAU-CAU/SC previsto para o ano de dois mil e vinte e quatro, expondo que esses temas foram tratados na reunião ordinária e na reunião especial, e falou que o IAB/SC trouxe a proposição de presença nos eventos com participação do CAU/SC, no sentido de oportunizar a participação das entidades do Colegiado para apresentação dos serviços das mesmas, bem como do Conselho. Expôs que o IAB/SC também apresentou proposta sobre as entidades em foco, com a criação de uma série de vídeos sobre a história e atuação das entidades de arquitetura, principalmente direcionada às redes sociais, relatando que foi consenso e que posteriormente traria o resultado. No tocante à AsBEA/SC, mencionou que trouxe como tema principal a questão da Reforma Tributária, expondo que foi discutido eventual realização de evento no presente ano, considerando a importância do tema e também que se trata da União, Estados, Municípios e outras situações. Com relação às proposições do SASC, relatou que foram apresentadas as questões dos encontros regionais itinerantes e proposta sobre o fortalecimento em uma linha interna de capacitação, estruturação e assessoria, bem como de ampliação do Colegiado. Mencionou que ao final foi encaminhado como

prioridade a utilização dos recursos próprios do orçamento do CEAU-CAU/SC para participação em estandes e feiras, assim como a realização de seminário amplo sobre Reforma Tributária e utilização dos recursos internos do Conselho para estruturação, capacitação e fortalecimento do CEAU-CAU/SC, iniciando no mês de dezembro, junto aos novos conselheiros. Por fim, ainda com relação à utilização dos recursos internos do Conselho pelo CEAU-CAU/SC no âmbito das comissões, expôs que foi definido por levar foco na valorização profissional nos eventos itinerantes do CAU/SC, destacando a questão do alinhamento das entidades nessas proposições. Nesse momento, registra-se a chegada dos Conselheiros, Arquitetos e Urbanistas **MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI** e **NEWTON MARÇAL SANTOS.** No item **5.2. Relato dos Coordenadores das Comissões**, no **Relato da Comissão Ordinária de Ética e Disciplina,** a Coordenadora Janete comunicou que no fim do mês de setembro participou do "11º Treinamento Técnico da CED-CAU/BR" e da "6ª Reunião Conjunta com Coordenadores das CED-CAU-UF", relatando que foi bastante discutida a questão da Resolução nº 224, que no dia seis de setembro de dois mil e vinte e três foi aprovada para entrar em vigor no dia onze de setembro de dois mil e vinte e três. Acrescentou que dessa maneira, o consenso geral era que independentemente da situação, os processos éticos retornariam à comissão de ética e disciplina para julgamento e aprovação. Ao final, expôs sobre a realização de reunião ordinária no mês de outubro e que a comissão pretendia realizar além da reunião ordinária, uma reunião extraordinária no mês de novembro a fim de colocar os processos em dia. Nesse momento registra-se a presença da Conselheira, Arquiteta e Urbanista **SILVYA HELENA CAPRARIO.** No **Relato da Comissão Ordinária de Ensino e Formação**, a Coordenadora Rosana expôs que na última reunião ordinária da comissão foram aprovados vinte e dois registros em caráter definitivo e três registros profissionais em caráter provisório, acrescentando que foi aprovada a contratação de mil exemplares do "Miniguia do Arquiteto e Urbanista Recém-Formado". Logo depois, informou que a comissão aprovou a realização de reunião extraordinária para o mês de dezembro e que participaria do "VIII Encontro Nacional de Coordenadores de CEF". Por fim, expôs que até o dia dez de novembro de dois mil e vinte e três estava aberta consulta pública pelo Conselho Nacional de Educação, para contribuições acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais e que na próxima semana ocorreria a sessão de julgamento da "Premiação Acadêmica", mencionando que somavam um total de quarenta e nove trabalhos de acadêmicos (vinte deles com o tema de acessibilidade) e oito trabalhos de professores. No **Relato da Comissão Ordinária de Exercício Profissional**, o Coordenador Adjunto Henrique informou que no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três foi realizada a nona reunião ordinária da comissão, expondo que se discutiu sobre vários assuntos e que foram efetuadas aprovações de baixas e novos registros profissionais. Também disse que havia sido realizada a "Oficina Empreender em Arquitetura" – etapa Lages, relatando que o evento estava lotado e foi muito legal, acrescentando que no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três foi realizada a "Oficina Empreender em Arquitetura" – etapa Chapecó, da qual a Conselheira Eliane e o Conselheiro José Alberto participaram, mencionando que o evento foi bastante positivo. Na sequência informou que na condição de Coordenador Adjunto da comissão participou do "IV Encontro Temático da CEP-CAUBR" e "VII Encontro de Coordenadores das CEPs-UF", realizado em Vitória, pontuando que o evento teve duração de quatro dias, sendo que o "IV Encontro Temático da CEP-CAUBR" ocorreu nos dois primeiros dias, no qual foram discutidos assuntos como o Plano Nacional de Fiscalização; Planejamento Estratégico; CAT-O (Pessoa Jurídica) e CAT-O em relação à criação do CAU; RRTs derivadas; e ajustes na Resolução nº 021. Com relação ao "VII Encontro de Coordenadores das CEPs-UF", realizado nos dois dias subsequentes, expôs que foi discutido acerca de propostas de revisão e consolidação da Resolução nº 021 e Resolução nº 051; e Plano Estratégico

de Fiscalização, relatando que foram expostos alguns casos de convênios com prefeituras, sendo que o CAU/SP trouxe à tona o caso do município de Suzano, o qual detém projeto piloto de fiscalização colaborativa. Ao final, informou que foi exposto sobre o “CAU+Mais Perto” (CAU/RN), no tocante à questão do apoio do CAU frente aos futuros formandos do curso de Arquitetura e Urbanismo. No **Relato da Comissão Ordinária de Organização, Administração e Finanças,** o Coordenador Maurício expôs que havia dois itens de pauta na presente reunião, os quais já haviam sido discutidos no âmbito da comissão: “Orçamento 2024” e “Reprogramação Orçamentária”. Após, adicionou que a COAF-CAU/SC vinha acompanhando o projeto de capacitação estendida aos profissionais Arquitetos e Urbanistas, salientando que os membros da comissão verificaram um bom resultado e ficaram satisfeitos com as proposições dos cursos. Por último, expôs que no âmbito da comissão, por conta de necessidade, foi sugerida a possibilidade de criação de projeto específico para processos de cobrança. No **Relato da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental**, o Coordenador Rodrigo informou que na última reunião da comissão foi deliberado por indicar o Arquiteto e Urbanista Ruben Benedicto Pereyra como representante titular e o Arquiteto e Urbanista Jorge Augusto De Oliveira como representante suplente, para compor o Conselho da Cidade de São Bento do Sul – CONCIDADE. Acrescentou que foi apresentado o relatório do representante do CAU/SC na Comissão de Habitação de Interesse Social – Florianópolis (Arquiteto e Urbanista Pedro Schultz Fonseca Baptista), e mencionou que foi feito acompanhamento do processo relativo à solicitação da Prefeitura Municipal de Palhoça, que não aceita atestado técnico assinado por Arquiteto e Urbanista funcionário da Prefeitura para validar como acervo no CREA-SC. Em seguida, disse que também foi feito acompanhamento, análise e elaboração de manifestação sobre denúncia em relação ao Mirante da Ponte Hercílio Luz, agradecendo à Conselheira Suzana de Souza pela elaboração de parecer e relatando que ainda não havia sido tomada decisão final sobre como emitir esse parecer. A Conselheira Suzana complementou a fala do Conselheiro Rodrigo, salientando que no dia anterior, em participação no evento “CAU Portas Abertas”, teve a oportunidade de conversar com colega que faz parte de grupo do IAB/SC que estuda o Plano Diretor, do qual ela também participa. Adicionou que conversou com esse colega sobre as vias panorâmicas e que a conversa resultou na percepção da necessidade de fazer uma pesquisa mais a fundo, destacando que seria repassado a ela mais informações e que posteriormente repassaria essas informações à CPUA-CAU/SC para reformulação do parecer. Logo após, o Conselheiro Rodrigo expôs que na reunião também foi feito o acompanhamento sobre a revitalização do Aterro da Baía Sul, relatando que o CAU/SC se colocou à disposição do município para endossar documento relativo ao assunto no sentido de que a gestão deixasse de ser federal e passasse a ser municipal. Depois, relatou que outro tema da última reunião da comissão foi o acompanhamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Laguna, destacando que na semana retrasada havia participado de discussão referente ao tema na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC Laguna, com pauta “verticalização em cidades litorâneas”, relatando que a aplicabilidade dessa pauta era controversa no Plano Diretor do Município de Laguna. Adicionou que a comissão tratou sobre o planejamento orçamentário relativo ao ano de dois mil e vinte e quatro, ratificando os projetos da comissão já elencados e em andamento. Também expôs que foi tratado sobre o acompanhamento do Projeto nº 18: “Oficina de Plano Diretor”, relatando que a oficina foi um sucesso e acrescentou que foi discutido sobre a unificação dos procedimentos cartorários do Estado de Santa Catarina, expondo que o CREA-SC fez estudo e elaborou documento com em torno de trinta e seis sugestões para ser encaminhado para a Corregedoria do Estado e que a ideia seria o CAU/SC endossar o documento e emitir parecer nos termos do parecer elaborado pelo CREA-SC. Ao final, mencionou que a comissão deliberou pela descontinuidade do Projeto nº 16:

"Plataforma Virtual Ecossistemas das Cidades", bem como do Projeto nº 17: "Cadernos Detalhamento Arquitetônico – Museu Histórico de Santa Catarina", declarando que se tratava de convênios realizados com a Universidade Federal de Santa Catarina, que no entanto "fugiam" da alçada de legalidade que permite o Conselho. No **Relato da Comissão Especial de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social,** a Coordenadora Silvya informou que a comissão realizou reunião extraordinária no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, relatando que nessa reunião foi feita avaliação dos orçamentos bem como do Plano de Contratações Anual. Adicionou que também foi aprovado trabalho com taipa e *adobe* junto ao Arquiteto e Urbanista Filemon Alves Tiago, mencionando que a comissão foi conhecer o trabalho dele e que ele participaria de oficina e do Seminário da CATHIS-CAU/SC: "Vivências em ATHIS". Na sequência, expôs que a comissão deliberou por participar de reunião presencial na Associação Municípios Região de Laguna-AMUREL, realizada no dia anterior e que participou no COMAC/SC - Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina, no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três. Posteriormente, informou que a comissão realizou reunião ordinária no dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, relatando que a comissão deliberou por participar de reunião presencial com a Prefeitura de São José com o intuito de entender e auxiliar em esclarecimento de questão relativa ao processo de implantação de Escritório Público de ATHIS. Após, relatou que a comissão iniciou a organização do Seminário: "Vivências em ATHIS", a ser realizado nos dias treze e quatorze de novembro de dois mil e vinte e três na sede própria do CAU/SC, para o qual convidou todos a participarem, expondo a programação do evento. Seguidamente disse que a comissão participou de visita a Chapecó para fazer o acompanhamento do convênio com o município, na qual foi identificada residência de casal com nanismo, em vulnerabilidade social, destacando que a Prefeitura iniciou trabalho de reforma nessa residência. Também relatou que a comissão visitou as cidades de Seara e Concórdia a fim de "levar" a lei da ATHIS e a Cartilha, que vem sendo entregue aos entes públicos. Por fim, expôs que a comissão visitou comunidade situada na Serrinha, em Florianópolis, relatando que foram realizadas duas reformas em residências, decorrentes de convênio do Conselho com a Prefeitura Municipal de Florianópolis. O Conselheiro Rodrigo julgou que grande parte do desconhecimento no tocante à Lei nº 11.888 se dava pelo fato de a União não cumprir o artigo terceiro dessa lei que ela própria criou, no sentido de determinar recursos no orçamento da União. No item **5.3. Relato da Conselheira Federal**, a Conselheira Federal Daniela informou que no dia anterior participou do "Seminário Melhorias Habitacionais – Da Saúde do Habitat à Economia Popular", promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o CAU, julgando que o evento foi um marco na história do CAU haja vista que se reuniram mais de dezesseis Ministérios e a Caixa Econômica Federal - C.E.F. Acrescentou que foi um seminário de articulação política muito forte, no qual todo o resultado do trabalho do CAU ao longo dos dez anos foi sistematizado e estudado pelo IPEA, que fez uma nota técnica indicando um novo paradigma para a habitação social, fortalecendo o "caminho" da defesa da assistência técnica como política pública. Relatou que o evento teve duração de dois dias, no qual foi possível fazer essa entrega e abrir diálogo, aproximando todos esses "atores" governamentais, mencionando que foi possível visibilizar todas as pequenas frentes de cada Ministério e a importância da integração das políticas públicas para que se possa avançar na política da assistência técnica para habitação de interesse social. Logo depois, julgou que a partir dessa experiência se estava em outro patamar de evolução na construção dessa política pública complexa e ainda não compreendida, com o desafio da questão dos investimentos e desafio interno do próprio Conselho de incorporar essa política no ensino da arquitetura, considerando, nesse sentido, que a partir disso a pergunta que se coloca é como conseguir estar entre os

principais municípios com essa lei sendo ativada, bem com a necessidade de criação de um fundo. Depois, relatou que houve um convencimento da Caixa Econômica Federal - C.E.F de abrir um programa específico de financiamento para reformas e melhorias habitacionais na perspectiva do financiamento, considerando, no entanto, que o debate no tocante à política pública, é que se tenha a partir de fundos governamentais subsídios para tornar possível o acesso à habitação de interesse social de forma gratuita às famílias que recebem de três a cinco salários mínimos. Seguidamente, expôs que no Seminário teve uma mesa específica sobre a questão das residências, destacando que o CAU/SE e o CAU/SP conseguiram firmar convênios com as universidades e estavam patrocinando bolsas de estudos para os Arquitetos e Urbanistas recém-formados quando iniciarem suas residências em assistência técnica, destacando que nos dias vinte e três e vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três o CAU/SE e o CAU/SP lançariam um investimento de mais de novecentos mil reais em fomento de residência. Posteriormente, com relação ao patrimônio histórico, informou que na última reunião plenária foi deliberado por aprovar minuta de Protocolo de Intenções entre o CAU e o Arquivo Nacional no sentido de firmar convênio com o Arquivo Nacional para que junto ao CAU possa estabelecer política de preservação dos acervos de arquitetura. Falou que também houve a entrega do Planejamento Estratégico para os próximos anos do CAU, o qual contou com mais de cento e oitenta participantes de todo o País, pontuando que na última reunião plenária foi feita a entrega desse trabalho. Após, parabenizou todos os conselheiros eleitos para a próxima gestão, bem como todos os Arquitetos e Urbanistas homenageados na “Premiação Honra ao Mérito”, em especial na figura da Arquiteta e Urbanista Elisa Jorge da Silva, mencionando estar muito feliz com todas essas entregas. Por fim, expôs que foi entregue o novo módulo do SICCAU, relatando que na presente data a Conselheira Federal Suplente Vânia Búrigo estava participando de reunião com o Ministério das Cidades para tratar sobre os detalhes finais para entregar à sociedade o aplicativo de melhorias habitacionais, no qual seria encontrado o profissional Arquiteto e Urbanista, o gestor público e a comunidade. No item **5.4. Relato da Presidência,** sobre a questão da ATHIS mencionada pela Conselheira Daniela, a Presidente considerou a entrega relevante, julgando, porém, que seria necessário fazer uma validação do percentual entregue haja vista o aumento de dois para três por cento, considerando necessário também um “olhar” para o Arquiteto e Urbanista, no sentido do que avançaria em sua vida profissional e realmente em sua precarização com essa política pública. Acrescentou que seria necessário medir o impacto desses índices, julgando que o CAU/SC sentiu um impacto gigantesco frente ao Centro de Serviços Compartilhados – CSC e ao Fundo de Apoio, mencionando que para o CAU/SC três por cento representava bastante, chegando a significar o mesmo investimento em ATHIS equiparado a todas as outras comissões somadas. Depois, considerou necessário um diagnóstico desde o ano de dois mil e quinze de todo o dinheiro investido pelo CAU de uma forma geral em ATHIS, no sentido do que reverberou em entes públicos, julgando necessário rever todo o posicionamento do Conselho haja vista a necessidade de responsabilidade com os profissionais na “ponta”. Também considerou que a Plataforma de Georreferenciamento Integrado – PGI estava totalmente dentro de um servidor do CAU que não deu conta de atender um repasse para o TRE/TO, acrescentando que era necessário lançar formas inteligentes, julgando que nem sempre essas formas, quando dependem de terceiros, funcionam. Ao final, ressaltou que não estava contra o aumento de dois para três por cento, mas sim que era necessário ter parâmetros e um diagnóstico para isso, acrescentando que não entendia ser obrigação do CAU iniciar e bancar bolsas para residências em assistência técnica. Em seguida, no tocante às ações do CAU/SC, mencionou que a “Premiação Honra ao Mérito”, realizada no dia anterior, mostrou que foi de extrema valia tudo que foi feito, julgando que a próxima gestão deveria adotar a realização de uma premiação

por ano e não apenas uma por gestão haja vista o grande número de indicados. Acrescentou que havia críticas construtivas, mencionando que a Conselheira Rosana questionou o fato de o julgamento ser feito pelas mesmas entidades que também fazem as indicações, considerando que essa questão deveria ser revista. Depois, entendeu que o período entre a aquisição e a finalização do projeto da sede própria do CAU/SC ocorreu em um período de tempo relativamente curto, parabenizando toda a equipe interna pela agilidade na condução dos trabalhos. Adicionou que o "CAU Portas Abertas" vinha sendo lançado mensalmente e que estava em um crescente de público participante a cada edição. Após, destacou as ações da CATHIS-CAU/SC, expondo que reuniriam todo um planejamento para o evento, o qual traria várias experiências a nível nacional, convidando todos a participarem. A Presidente considerou que a gestão estava sendo encerrada com saldo extremamente positivo e que os Arquitetos e Urbanistas, por meio das eleições, reconheceram esse esforço. Ao final, parabenizou a equipe interna do CAU/SC pelo trabalho incansável no atendimento às demandas dos conselheiros, bem como a todos os conselheiros eleitos. Posteriormente, a Conselheira Daniela, expondo respeito à fala e ao ponto de vista da Presidente, disse que gostaria de solicitar ao CAU/SC a elaboração de matéria sobre a Nota Técnica que o IPEA entregou ao CAU a partir do resultado do convênio firmado, sobre os impactos dos investimentos do CAU ao longo dos últimos dez anos relacionados aos dois por cento destinados à ATHIS, julgando que dar visibilidade a essa Nota Técnica responderia à primeira pergunta da Presidente sobre o motivo do aumento do percentual de investimento destinado à ATHIS de dois para três por cento. Também pontuou que toda a discussão realizada no plenário do CAU/BR, com os argumentos expostos, auxiliaria no entendimento da justificativa. Seguidamente, destacou que o encontro realizado no dia anterior com o Governo a proporcionava muita tranquilidade em relação a esse aumento do investimento em ATHIS, entendendo que tal percentual não inviabilizava as outras ações, mas sim as complementava. No tocante à Plataforma de Georreferenciamento Integrado – PGI, disse que a falta de convênio com o CREA-SC não impediu que fosse firmado convênio, considerando que se algumas questões ainda não estavam estabelecidas, poderiam ter sido feitas, defendendo o fato de quando um conceito está sendo construído, existe a possibilidade de dar continuidade. A respeito das eleições, reconheceu que existiu uma dificuldade com o TRE/TO e que mesmo na dificuldade, por se tratar de uma nova tecnologia, ao final houve contribuição do CAU/BR com o TRE/TO, no sentido de ter uma eleição com voto online, salientando que toda inovação tinha um "custo". Também disse que apesar de todas as dificuldades expostas pela Presidente, foi uma decisão do Plenário do CAU/BR sugerida pela CEN-CAU/BR que gerou uma economia significativa e trouxe segurança, mencionando que o mais importante era o CAU evoluir na sua diversidade. Ao final, fortaleceu fala proferida pela Presidente no sentido de que cada gestão faz sua parte e que era preciso união, visibilizando e avançado juntos. Posteriormente, finalizadas as falas nesse item de pauta, a Presidente informou que haveria necessidade de distribuição de processos, ressaltando que devido à dificuldade de voluntários para assumir as relatorias, seria feito rodízio. O Secretário Jaime pontuou que havia dois processos que eram recursos para serem julgados ao Plenário, os quais já tinham sido indeferidos no âmbito da Comissão de Exercício Profissional, salientando a necessidade de serem relatados os recursos para serem julgados pelo Plenário. Na sequência, explicou que os membros da Comissão de Exercício Profissional estavam excluídos da ordem da lista, mencionando que a Conselheira Cláudia era a primeira da lista. A Presidente questionou se alguém se voluntariava para assumir a relatoria de algum dos processos. O Conselheiro Newton se colocou à disposição e assumiu a relatoria do processo de cobrança nº 15058732.2022. A Conselheira Larissa se colocou à disposição e assumiu a relatoria do processo de exercício profissional nº 1000136700.2021. O Conselheiro Maurício se

colocou à disposição e assumiu a relatoria do processo de exercício profissional nº 1000136704.2021. No item **6. Ordem do Dia,** a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para cada conselheiro de até três minutos para cada matéria, conforme o Artigo 54, III, do Regimento Interno do CAU/SC. No item **6.1. Orçamento 2024 (COAF-CAU/SC) (regime de urgência),** a Presidente lembrou que na sequência seria tratado sobre o item extra pauta **6.4. Reprogramação Orçamentária 2023 – Projeto Específico (origem: COAF-CAU/SC)** também em caráter de urgência devido ao prazo para entrega do orçamento ao CAU/BR. O Gerente Filipe, na condição de assessor da COAF-CAU/SC, explicou que como de costume, as receitas seriam estimadas e as despesas fixadas, detalhando que para a estimativa das receitas seria feita com base nas diretrizes orçamentárias estipuladas pelo CAU/BR. Em seguida, mencionou que as fontes para compor o orçamento anual estavam divididas em receitas correntes e receitas de capital, relatando que as receitas correntes eram originárias de arrecadação mais as financeiras e que as receitas de capital originavam de um exercício para o outro. Após, expôs o percentual relacionado ao crescimento na receita corrente para o próximo ano (comparado ao ano de dois mil e vinte e três), bem como o valor relativo à receita de arrecadação, sendo que ao final mostrou o valor relativo à receita corrente para o próximo ano. Posteriormente, esclareceu que somando o valor relativo à receita de capital à receita corrente, resultava no valor total do orçamento para o ano de dois mil e vinte e quatro (dezenove milhões quatrocentos e trinta e um mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos). A Conselheira Larissa questionou qual era o valor previsto de *superávit*. O Gerente Filipe explicou que era o saldo de exercícios anteriores (*superávit* financeiro acumulado ao longo dos anos). A Conselheira Larissa perguntou se o valor exposto em tela (seis milhões trezentos e três mil cento e dezesseis reais e vinte centavos) se referia ao valor disponível em caixa. O Gerente Filipe elucidou que se tratava do valor disponível para receita de capital, mencionando que posteriormente, no momento da apresentação da gerência administrativa e financeira, mostraria o valor da disponibilidade de caixa. Seguidamente, mencionou que considerando essa realidade de receitas, seria aplicado nas mesmas condições de despesas, expondo que havia uma ordem de priorização das despesas. Disse que primeiramente seriam fixadas as despesas necessárias para o funcionamento do Conselho, depois para a manutenção das comissões e por fim, o valor restante para execução de projetos. Depois, salientou que na proposta exposta não estavam sendo previstas alterações no quadro de pessoal e que da mesma forma, no tocante aos custos fixos, também estava sendo pensado na proposta de manutenção, mantendo o aluguel do edifício Royal Business Center, bem como considerando a reforma do edifício situado à Avenida Rio Branco. No entanto, com relação à manutenção das comissões e do plenário, expôs que ocorreriam alterações no próximo ano haja vista o aumento do número de conselheiros e futura alteração relacionada à resolução de diárias, pois o CAU/BR emitiu resolução federal revogando todas as portarias estaduais de diárias e dessa maneira seria necessária adequação. Na sequência, pontuou que pelo fato de ainda não se saber a próxima composição das comissões, optou-se por estabelecer uma média do custo por conselheiro, haja vista que se tem conhecimento do número total de conselheiros assim como as cidades nas quais residem, fatores que interferem no cálculo. Também salientou que os conselheiros da região metropolitana não receberiam diárias, mas sim o *jeton* (auxílio por participação em reunião deliberativa). Mencionou que o CAU/SC ainda não havia aprovado uma nova portaria de diárias, pois ainda não tinha as definições, ressaltando que seria necessária adequação no próximo ano. Posteriormente, apresentou os valores da proposta de programação orçamentária para o ano de dois mil e vinte e quatro bem como os valores referentes à reprogramação do ano de dois mil e vinte e três e a diferença entre esses valores, propostos para manutenção e desenvolvimento de atividades, participação em eventos e projetos

(Plenário; comissões permanentes ordinárias; comissões permanentes especiais; comissões temporárias; CEAU-CAU/SC; Assessoria da Presidência; CD-CAU/SC, Gabinete da Presidência; Gerência Geral; Secretaria de Órgãos Colegiados; eventos; Assessoria Jurídica; Gerência Técnica; Gerência de Fiscalização; Gerência Administrativa e Financeira; reserva de contingência; projeto específico – Agente de Constatação - para o ano de dois mil e vinte e três; projeto específico – reestruturação da cobrança e recuperação da inadimplência – para o ano de dois mil e vinte e quatro). Logo depois, o Gerente Filipe apresentou os limites estratégicos obrigatórios (fiscalização, ATHIS, despesa com pessoal e capacitação), expondo seus percentuais, assim como os limites estratégicos flexíveis (atendimento, comunicação, patrocínio, patrimônio, objetivos locais e reserva de contingência), também expondo seus percentuais e o que representavam em valores. Após, a Presidente expôs que no último Fórum de Presidentes foram trazidas experiências de como eram conduzidas questões relacionadas à ATHIS, principalmente considerando o impacto de dois para três por cento. Destacou que foi explanado por muitos CAU-UF que o recurso para ATHIS não ficava limitado apenas no âmbito da CATHIS, sendo “dissolvido” em ações convergentes em todas as demais comissões, mencionando que dessa maneira, trouxe a proposta para o Conselho Diretor do CAU/SC, que julgou interessante e a aderiu. A Conselheira Cláudia questionou sobre a obrigatoriedade da destinação dos três por cento para a CATHIS. A Presidente esclareceu que o valor global relativo ao percentual destinado à CATHIS seria aplicado em ações de ATHIS. O Gerente Filipe prosseguiu com a apresentação expondo os valores relacionados aos limites estratégicos obrigatórios e aos limites estratégicos flexíveis. Também explicou que para a composição do novo orçamento destinado à ATHIS foi considerado o objetivo estratégico principal dos projetos de ATHIS baseado no mapa estratégico do CAU/BR: “fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo”. Em seguida, apresentou os projetos que foram considerados convergentes com ações de ATHIS: “CAU nas Escolas” / “CAU Educa”, “Impressões para Formatura e CAU nas Escolas” (CEF-CAU/SC); “Encontro Híbrido com Representantes Regionais e Membros da CPUA-CAU/SC”, “Diálogos Urbanos” (CPUA-CAU/SC); e “Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social” (CATHIS-CAU/SC), os quais somados alcançavam o valor de trezentos e setenta mil reais. A Conselheira Rosana questionou sobre o aumento do orçamento relacionado à manutenção do plenário. O Gerente Filipe explicou que o valor ao qual ela se referiu dizia respeito à projeção de despesa do Plenário para o presente ano e justificou que o aumento previsto para o próximo ano se dava pelo fato de que o Plenário seria composto por dois conselheiros a mais e que vários deles viriam de fora. A Presidente salientou que o conceito exposto por ela anteriormente não era aplicado somente em Santa Catarina e abriu espaço para inscrições de fala dos conselheiros. Também lembrou que o orçamento já havia sido aprovado no âmbito da COAF-CAU/SC e Conselho Diretor, mencionando que estava na data limite, dados os prazos exíguos colocados pelo CAU/BR para aprovação da peça orçamentária. A Conselheira Rosana julgou que o orçamento da ATHIS deveria permanecer sob a prerrogativa da CATHIS-CAU/SC e que a proposta de mudança das regras a preocupava, salientando que mesmo que as demais comissões executassem projetos relacionados à ATHIS, deveria ainda assim estar sob a prerrogativa da CATHIS-CAU/SC. Depois, expôs que sua primeira proposta foi trazer gabinete de ATHIS, acrescentando que o CAU/SC estava se preocupando em trazer outros “olhares” para fortalecimento das políticas públicas. A Conselheira Silvya falou que também apoiava a proposta de implantação de gabinete de ATHIS, pontuando, no entanto, que se tratava de algo regimental, que não era para se fazer no momento. Também relatou que em um primeiro momento teve a mesma dúvida que muitos conselheiros tiveram e que ficou um pouco receosa, porém, pontuou que posteriormente, depois do explicado, entendeu que esse valor a ser distribuído entre as

demais comissões, tem a prerrogativa de ATHIS. A Conselheira Juliana, a respeito do projeto específico relacionado à cobrança, disse entender que algo deveria ser feito em relação a essa questão, mas, no entanto, expôs estar surpresa pelo valor previsto para o projeto e solicitou explicação em relação a esse valor. A Presidente explicou que o item de pauta relacionado ao projeto específico seria apresentado e votado separadamente na sequência, e que ainda seriam expostos os esclarecimentos acerca do referido projeto. Sobre a questão da ATHIS, a Conselheira Juliana julgou que se tratava de uma política de escolha, mencionando que em seu entendimento faria muito mais sentido manter os três por cento no âmbito da CATHIS-CAU/SC e aumentar o seu número de conselheiros, tendo projetos em conjunto com outras comissões, relatando que ao seu ver o montante destinado à comissão estava sendo distribuído com desvio de função. Ao final, acrescentou que entendia o fato de a ATHIS ser distribuída de forma multidisciplinar, mas que não precisaria estar dissociado da comissão original. A Conselheira Larissa concordou com a fala da Conselheira Juliana, mencionando que gostaria de entender de que maneira as ações de ATHIS seriam fiscalizadas no âmbito da CEF-CAU/SC no projeto “CAU nas Escolas”, questionando se havia algum plano para tal. O Gerente Filipe disse que era prestado acerca de todas as ações do Conselho, mencionando que as ações e os projetos de todas as comissões estavam expostos no Relatório Anual do TCU. A Conselheira Cláudia salientou a importância de entender o “modelo maior” e de dar continuidade aos projetos da CATHIS-CAU/SC, expondo que o relatório do IPEA junto ao CAU/BR foi uma tentativa de fazer uma “leitura” do cenário nacional, coletando formulários de todos os CAU/UF no sentido de saber qual era o valor aplicado e as ações específicas para construção de indicadores e a partir disso conseguir fazer um planejamento a nível de padronização para melhor aplicabilidade nos âmbitos dos estados. Seguidamente, destacou que a partir da prerrogativa do valor destinado à comissão, concordou com a fala da Conselheira Juliana, no sentido de trazer as demais comissões para “dentro” da CATHIS-CAU/SC e assim ter a continuidade do planejamento. Ao final, pontuou que levando em consideração o fato de o CAU/SC almejar dentro do seu planejamento articular com o poder público, sociedade civil, demanda e ensino, a criação de uma cultura em ATHIS, significava sensibilizar todos esses campos, e dessa maneira seria possível obter várias ações, julgando que não era necessário fazer realocação dos recursos. O Conselheiro Maurício considerou que as comissões não “conversavam” entre si e que a realocação dos recursos levaria a uma “obrigatoriedade” de interação entre as mesmas, julgando que dessa maneira haveria uma evolução e que apoiava a proposta. O Conselheiro Newton disse ser contrário ao aumento do percentual de recursos para a CATHIS, considerando que o governo deveria tratar das questões relacionadas ao *déficit* habitacional e não o Conselho. Por fim, julgou que o assunto estava bem encaminhado e que havia uma solução técnica no tocante ao investimento dos recursos. A Conselheira Mariana considerou que havia uma disparidade da relação da ATHIS com a relação da profissão dos Arquitetos e Urbanistas, julgando que não havia conhecimento de que a ATHIS destinaria trabalho a esses profissionais. Na sequência, considerando o fato de ser de responsabilidade das comissões se unirem para criação de projetos, questionou por que não se emitia deliberação para expor que as comissões seriam obrigadas a apresentar projetos para a CATHIS-CAU/SC, mencionando que não seria necessário destinar recursos a essas comissões, mas sim fazer o caminho “inverso”. A Conselheira Suzana propôs alocar membro da CATHIS-CAU/SC para percorrer cada comissão a fim de ter acesso a relatório. A Conselheira Mariana disse que os profissionais estavam ficando sem serviço e que vários estudantes vinham desistindo da profissão haja vista o desejo de se engajarem em um mercado de luxo que não conseguem alcançar, sendo que o número de pessoas sem ou com má qualidade de habitação vem aumentando. A Conselheira Janete concordou com a fala da Conselheira Mariana no tocante ao

mercado de luxo e disse que a ideia de realocação de recursos para as demais comissões se dava pelo fato de usar o valor para destinar a projetos em comum. Após, disse ter entendido que esse valor não poderia ser utilizado com diárias e questionou ao Conselheiro Maurício se havia entendido da maneira correta. O Conselheiro Maurício respondeu que cada comissão tinha seu orçamento já visando os custos com deslocamentos. O Gerente Filipe disse que não havia limite dizer como seriam gastos os recursos. O Secretário Jaime falou que se o projeto fosse ligado ao objetivo estratégico que atenda ATHIS e se a diária também atendesse ao objetivo, seria computado. A Presidente falou para a Conselheira Janete que nunca existiu regra de não poder gastar recursos com diárias, mencionando que todos os projetos e comissões estavam suscetíveis a essa questão e que havia necessidade de bom senso na aplicação dos recursos. O Arquiteto Flávio disse que a questão do orçamento era fundamental, considerando que apenas uma apresentação em forma de gráfico já demonstraria disparidades na distribuição, relatando que por esse motivo estava sendo falado em capacitar as entidades e os profissionais, a fim de entender o funcionamento do Conselho. Após, julgou importante que parte da receita retornasse aos profissionais de forma direta, em forma de capacitação, e criação de vagas para contratação de profissionais Arquitetos e Urbanistas. Por fim, em relação à comparação dos recursos da CATHIS-CAU/SC, reforçou a importância da contribuição do Conselho, considerando importante cobrar que os estados e municípios investissem de maneira permanente na contratação de profissionais dedicados exclusivamente à ATHIS. O Conselheiro Rodrigo concordou com os argumentos conceituais colocados e considerou que de acordo com o artigo terceiro da Lei nº 11.888 o Governo Federal deveria repassar recursos aos estados e municípios. Posteriormente, disse que no “Diálogos Urbanos” (SUMMIT CIDADES 2023) foi feita divulgação da ATHIS, julgando que parte do custo poderia ter sido alocado para a CATHIS-CAU/SC, mas que foi a CPUA-CAU/SC que pagou com seu baixo orçamento. Logo depois, disse que no dia anterior a CPUA-CAU/SC realizou a “Oficina Híbrida Plano Diretor”, expondo que a comissão dispensou o valor de cinco mil reais para o evento e que não foi um evento “maior” pois não tinha recurso alocado, destacando, dessa maneira, que era a favor da divisão dos recursos da CATHIS-CAU/SC. Por fim, expôs que no “SUMMIT CIDADES 2023” foi mostrado caso de sucesso do investimento de recursos para habitação de interesse social, considerando que o Conselho não era o protagonista, mas sim o Governo Federal, que tem orçamento para tal. A Conselheira Rosana sugeriu para que em caso de orçamento disponível, a CATHIS-CAU/SC fosse composta por cinco integrantes desde que cada um deles participasse “dentro” de outra comissão. A Presidente reiterou sua fala anterior, no sentido de que a peça orçamentária já havia sido aprovada no âmbito da COAF-CAU/SC e do Conselho Diretor, e considerou que “dissolver” os recursos da CATHIS em ações convergentes para todas as demais comissões não era nenhuma inovação, haja vista que se tratava de algo aceito e colocado em prática por vários CAU/UF. Também lembrou que o aumento do número de integrantes de comissões não havia sido previsto e que a atual gestão seguiu a programação orçamentária da gestão passada, mantendo três membros para as comissões especiais mesmo com o aumento do número de conselheiros. A Presidente adicionou que houve aumento para participação do Centro de Serviços Compartilhados – CSC de vinte e sete por cento, destacando que esse fato reduziu gigantescamente o montante de projetos do CAU/SC. O Secretário Jaime pontuou que na deliberação da COAF-CAU/SC havia sido contemplada a questão do aumento para participação do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, bem como o fato de não constar nas diretrizes o detalhamento desse elemento de despesa. Em seguida, salientou que na deliberação plenária também estava sendo submetida proposta no sentido de solicitar ao Centro de Serviços Compartilhados, por intermédio do CAU/BR, apresentação ao Plenário do CAU/SC do Plano de Ação (do CSC),

detalhando e justificando os crescimentos de reservas orçamentárias para o Exercício 2024. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por maioria dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 759/2023). No item **6.4. Reprogramação Orçamentária 2023 – Projeto Específico (origem: COAF-CAU/SC),** o Gerente João explicou que o setor de cobrança do sistema CAU como um todo vinha sofrendo com algumas consequências de planejamento, relatando que foram identificadas algumas informações referentes a premissas que compõem a receita e consequentemente ações necessárias, em especial para recuperação de inadimplentes, conforme segue: reajustes pela inflação programado para o ano de dois mil e vinte e quatro na ordem de quatro por cento; crescimento na base dos Arquitetos e Urbanistas na casa de seis por cento; e estimativa de aumento de RRTs, pontuando que o número de inadimplentes vinha crescendo e que para o ano de dois mil e vinte e quatro a projeção era que ultrapassasse o percentual de trinta por cento. Acrescentou que foi percebida ao longo dos últimos anos uma redução nas contribuições (anuidade), pontuando que o percentual supracitado alcançava valor que se aproximava a um exercício fiscal do CAU e que ações precisavam ser feitas no âmbito de cobranças, as quais já haviam sido iniciadas, porém, com os recursos humanos disponíveis atualmente, não surtiam efeito, pois o sistema é falho. Dessa forma, mencionou que estava sendo proposto projeto específico que não "disputa" o orçamento corrente, mas sim, subtrai do *superávit,* expondo que havia uma possibilidade aventada de mecanismos externos de controle como o Tribunal de Contas da União – TCU para a questão das cobranças. Seguidamente apresentou a "localização estratégica" do projeto, mencionando que era pertinente à gestão estratégica do Conselho e que basicamente, o sistema desde o momento da emissão da cobrança até a ponta, era um problema complexo. Depois, mostrou os setores do CAU/SC envolvidos com os processos de cobrança, destacando que no momento da composição da dívida ativa, se alguma etapa anterior não fosse realizada de maneira legal ou a contento, poderia ser inviabilizada. Também reforçou que havia apenas uma pessoa para realizar esse trabalho, destacando que não era o suficiente e que não tinha como designar outro funcionário do Conselho para tal, enfatizando que o processo apresentado dizia respeito somente à questão da dívida ativa e que seriam necessários recursos financeiros para gastar com Correios, aviso de recebimento (AR) e controle dessas informações. Nesse sentido, o Gerente João apresentou o levantamento de custos para o projeto de cobrança referente ao Exercício do ano de dois mil e vinte e três ao ano de dois mil e vinte e quatro, salientando que na proposta estavam incluídos serviços terceirizados (digitadores), despesas com algum tipo de sistema e serviços de Correios, haja vista que a justiça exige comprovação de que a comunicação foi feita no prazo adequado no processo de cobrança de dívida ativa. Logo depois informou que estava previsto o valor de oitocentos e dezessete mil quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos para início do trabalho no próximo ano, destacando que o problema não seria sanado em apenas um ano, pois precisava de atuação constante. O Conselheiro Newton questionou se a terceirização se referia à contratação de empresa de cobrança. O Gerente João explicou que a previsão era contratar serviços terceirizados para o Conselho, sendo que nesses serviços estavam incluídos apoio administrativo e que seriam alocadas algumas pessoas, destacando que não se tratava de serviço específico de cobrança. A Conselheira Juliana questionou quantos envios foram previstos para efeito de estipulação de valores. O Gerente João disse que foi considerada a base inteira de profissionais registrados mais meia base, o que totalizava vinte mil envios para o ano, explicando que estava englobada a base atual e todos os devedores dos anos anteriores. O Conselheiro Maurício disse que seria uma alternativa para o Conselho não ter despesa fixa com contratação haja vista a dificuldade "imposta" pelo orçamento. O

Conselheiro Newton destacou que estava prevista a alocação de dois funcionários. O Gerente João destacou que se tratava de dois funcionários terceirizados, com contratos temporários. A Conselheira Juliana considerou alto o custo para impressão de materiais e envios de avisos de recebimento (Correios), julgando que deveria ser desconsiderado o envio para os profissionais que sempre estão adimplentes, pois não se tratava de um número irrisório e dessa maneira já reduziria bastante o valor. Considerou a questão de os pagamentos dos boletos serem feitos de maneira online e julgou desnecessária essa forma de envio, reforçando entender a parte legal no que diz respeito aos inadimplentes, mas não em relação aos adimplentes e que talvez o envio de *e-mails* auxiliaria no atendimento à demanda. O Conselheiro Maurício esclareceu que se não fosse feito dessa maneira o Conselho perderia ações judiciais. A Assessora Isabel explicou que o poder judiciário não aceita a cobrança realizada pelo SICCAU e que com base na lei de execuções fiscais, a jurisprudência consolidada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região é no sentido de que deveria ser enviado por aviso de recebimento boleto de cobrança para todos os profissionais, expondo que se não fosse feito dessa forma muitos juízes anulariam o processo de cobrança judicial. O Gerente João pontuou que em termos de eficiência de uso dos recursos, havia uma base que pagaria, sendo que poderia ser utilizado esse histórico para eliminá-los da comunicação, mas que nada impediria de que entre os mesmos teriam alguns que falhariam, salientando que precisaria ser decidido em qual margem de segurança operar e que o cenário apresentado seria o ideal. A Assessora Isabel acrescentou que adotando essa lógica de tentar minimizar os custos, poderia ser considerado eventualmente enviar esses avisos de recebimento no mês final de pagamento e dessa maneira, os profissionais que efetuassem o pagamento previamente não os receberiam. O Gerente João disse que se iniciou o presente ano utilizando comunicação e que dessa maneira foi possível antecipar algumas cobranças e eliminar dessa base algum conjunto. Acrescentou que o SICCAU não permitia realizar uma seleção simples dos inadimplentes, destacando que era realizado trabalho manual e que ainda existiam falhas relacionadas à falta de baixa no sistema. A Presidente ressaltou que caso fosse aprovado esse orçamento, se estaria lidando com o limite máximo para o projeto. O Gerente Filipe destacou que o valor de inadimplência alcançava sete milhões de reais. O Conselheiro Newton, considerando o exposto, julgou a proposta interessante. O Gerente João salientou que o projeto não objetivava buscar arrecadação, expondo que se tratava de uma obrigação legal do Conselho. O Gerente Filipe esclareceu que havia uma situação de crescimento de inadimplência que estava se tornando insustentável, expondo que algo precisaria ser feito a respeito dessa questão. Acrescentou que a estrutura atual do Conselho não comportava mais essa situação e que se chegou a esse ponto pois estava se acumulando ano após ano o aumento de inadimplência, destacando que a execução do projeto possibilitaria o aumento de recursos para execução de projetos, bem como para contratação e ampliação das ações do Conselho. O Conselheiro Newton prestou esclarecimentos no tocante a sua fala anterior, relacionada ao pagamento das anuidades. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a minuta de deliberação apresentada, que foi aprovada por maioria dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 760/2023). Posteriormente, a Presidente sugeriu a realização de intervalo para almoço e retorno às quatorze horas, expondo que não poderia estar presente na segunda etapa da reunião e que a Vice-Presidente Silvya faria a condução dos trabalhos. O Secretário Jaime disse que havia apenas mais um item deliberativo e um de apresentação. Os membros do plenário sugeriram prosseguir direto com a reunião. A Presidente acatou a sugestão. No item **6.2. Alteração do calendário de reuniões e eventos do CAU/SC (origem: CD-CAU/SC),** o Secretário Jaime expôs que seria necessário homologar a antecipação da data da reunião da CEF-CAU/SC do dia dezoito de outubro para o dia dezessete de outubro, mantendo o horário

das treze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos; alterar a data da reunião da CED-CAU/SC do dia vinte e dois de novembro para o dia vinte e um de novembro, mantendo o horário das oito horas e trinta minutos às doze horas e trinta minutos; alterar a data da reunião da CTCP-CAU/SC do dia oito de novembro para o dia vinte e um de novembro, das treze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos; e incluir no calendário a décima segunda reunião ordinária da CTCP-CAU/SC para o dia seis de dezembro, das treze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para a matéria para votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, conforme deliberação plenária emitida (DPOSC nº 761/2023). No item **6.3. Apresentação do Edital de Recenseador de Obra (origem: GERGERAL),** a Presidente esclareceu que em virtude de solicitação anterior seria apresentado o detalhamento. Na sequência, o Gerente João disse que o objetivo da apresentação era trazer os destaques do edital que seria apresentado no próximo mês para abertura desse projeto específico, o qual visa auxiliar a fiscalização na identificação de obras. Após, apresentou o objetivo do projeto, relatando que era tutelado pela CEP-CAU/SC em resposta às crescentes demandas a fim de obter uma facilidade para atuação dos Arquitetos Fiscais. Depois mostrou a localização estratégica do projeto; o detalhamento da atividade do recenseador de obra; as vantagens; as fases do projeto; o panorama; e os destaques relacionados ao Edital de Credenciamento, pontuando que o credenciamento se “apoiava” na Resolução nº 198/2020, a qual permite profissionais sem vínculo empregatício com o CAU/UF atuarem em apoio às atividades de fiscalização para auxiliar na verificação de indício de infração. Adicionou que o Edital também se “apoiava” no Decreto nº 9.507/2018 e na Instrução Normativa nº 116/2021, mencionando que se tratava de serviço auxiliar e que era permitido realizar essa forma de contratação. Por fim, expôs as etapas do credenciamento; especificação dos requisitos necessários para realização do credenciamento; prazos para o credenciamento; fases necessárias para atendimento das demandas; remuneração para o credenciado; e o resultado esperado. A Presidente salientou que essa proposta já havia sido aprovada, vinculada a essa apresentação. A Conselheira Juliana observou que o valor por demanda era baixo, julgando que era um fator que poderia ser um fomento à precarização. Seguidamente pontuou o fato de ser direcionado à região da Grande Florianópolis e Chapecó, questionando se na apresentação anterior não estava relacionado com a cidade de Balneário Camboriú, haja vista o elevado número de não recolhimento de RRT, mencionando que gostaria de entender esse “recorte”. Também pontuou que poderia haver um “recorte” no tocante ao credenciamento, a fim de auxiliar os recém-formados em Arquitetura e Urbanismo a se inserirem de alguma maneira. Em relação à questão dos recém-formados, o Gerente João explicou que havia restrição com o intuito de não se caracterizar como uma forma de contratação “disfarçada”, salientando que se buscou um meio termo. No que diz respeito à questão da Grande Florianópolis e Chapecó, relatou que por ser um projeto piloto, seria necessário ter segurança de que aconteceria a contento e que se teria controle sobre o projeto, mencionando que o ideal seria já atuar em Balneário Camboriú, mas pontuou que o Conselho não tinha escritório para conseguir coordenar as atividades do recenseador de obras, acrescentando que optou-se por Florianópolis por ter uma estrutura maior e Chapecó pela demanda judicial. Ao final, sobre a questão do valor por demanda, explicou que estava nivelado ao valor do mercado. A Presidente questionou à Conselheira Juliana se as respostas do Gerente João estavam a contento. Na sequência propôs que não fosse apresentado o item **8. Apresentação das Áreas Internas do CAU/SC** assim como o item **7. Comunicados dos Conselheiros**, relatando que não poderia estar presente pelos motivos anteriormente mencionados. A proposta da Presidente foi acatada pelos membros do plenário. A Conselheira Juliana, em resposta ao questionamento da Presidente, disse que por um lado entendia ser mais fácil

implantar o projeto dada a estrutura, mas por outro, considerou que o resultado poderia ser “irreal”, julgando que o experimento estava dando muitas condições favoráveis e não estava alcançando o limite da dificuldade para avaliação. O Conselheiro Rodrigo relembrou sobre o seu pedido de inclusão do item extra pauta **6.5. Reforma Urbana (origem: CPUA-CAU/SC),** mencionando que tentaria trazer um texto pronto para a próxima reunião plenária. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Para constar, eu, Bruna Porto Martins, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

Assinado de forma digital por PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN:88779700900
Dados: 2023.12.06 11:01:55 -03'00'

Patrícia Figueiredo Sarquis Herden
Presidente do CAU/SC

Documento assinado digitalmente
BRUNA PORTO MARTINS
Data: 06/12/2023 12:09:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Bruna Porto Martins
Secretária do CAU/SC